ÉTICA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

AULA 3

Prof. Ivan Luiz Monteiro

CONVERSA INICIAL

Nesta rota de aprendizagem, trataremos de averiguar e reconstruir os caminhos deliberativos que tornam nossas decisões e ações individuais, bem como o que nos possibilita agrupar decisões em coletividade, porém guardando espaço de convivência e troca de experiências levando em consideração a posição do diverso, a fim de desenvolvermos maneiras ou tipos de ferramentas técnicas e tecnológicas que nos permitam agir eticamente, ou seja, agirmos mais humanamente.

CONTEXTUALIZANDO

Os diversos afazeres das atividades diárias muitas vezes nos oportunizam viver incontáveis experiências, mas, por se tratarem de afazeres efêmeros em grande parte do tempo, não nos detemos em refletir a respeito **do que torna possível executar as coisas tal como a realizamos**. O fato é que, com razoável certeza, cada um executa algumas coisas (outras tantas, não) de seu próprio jeito, sem uma **técnica** apurada e, muitas vezes, sem ser necessário uma **habilidade** apurada para tanto.

Você percebe que as medidas ou razões que tomamos por base para nossas escolhas estão pautas em capacidades ou habilidades que possuímos para efetuar e concretizar nossa opção por algo, por mais simples que seja nosso agir. Isto faz perceber que existem diferentes formas de executarmos algo. Para tanto, demandamos uma técnica que dispomos para assim proceder e por fim detemos um ou mais meios (**métodos** ou caminhos) para realizar o que optamos por fazer.

Contudo, uma escolha que tenha o objetivo de selecionar o meu assessor direto, ou o líder da minha equipe de trabalho, demanda das pessoas envolvidas neste processo uma análise mais apurada sobre habilidades, métodos e recursos que o sujeito dispõe para ser escolhido ou preterido por mim.

Diante disso, como julgar os méritos dos indivíduos (de maneira objetiva) que irão submeter-se hierarquicamente a mim?

TEMA 1 – DELIBERAÇÃO E ESCOLHA SINGULAR

Em diversas áreas do saber humano, sempre que algum estudioso se aventura a estudar e definir o campo das ações do homem, a conclusão parece

apontar para uma constante (ainda que existam diversas correntes e os mais variados tipos de estudos), a saber, a ação humana é fruto de um processo psicológico que a antecede. Esse processo psíquico pode ser mais reflexível, isto é, por meio dele costumam-se atingir ações objetivas e com as consequências esperadas; ou um processo mais impulsivo, o que não significa necessariamente dizer que ele é errôneo, porém, como não houve tempo hábil para a tomada decisão, as consequências desse processo costumam ser imprevisíveis.

Apoiando nossos estudos em Aristóteles[1], devemos compreender que todas as nossas ações detêm seu objetivo máximo no **melhor** agir, mas como devemos entender este melhor? O melhor para você é o mesmo que o melhor para o outro? Ora, o melhor de maneira universal dá-se sob o viés do termo virtude. Entre os filósofos gregos antigos, costumamos entender que a virtude (o melhor) se refere à excelência de alguma coisa, aquilo que de melhor determinada coisa efetua, isto é, certa qualidade ou disposição que faz com que algo obtenha distinção entre as demais coisas.

Aristóteles (1984) não hesita em afirmar que o melhor ao homem é a ação racional, ou seja, quando o indivíduo age segundo a racionalidade, desempenha melhor o papel que lhe cabe como ser da espécie humana. É no uso da racionalidade que o homem confere excelência ao seu modo de agir.

No que se refere a habilidade ou faculdade racional, o homem alcança ponderar (mensurar mentalmente) as possibilidades de escolha que detém mediante uma determinada situação, almejando sempre com isso o melhor agir possível. Devemos compreender, com o auxílio de Angioni (2009, p.16), que, na escolha ou no ato virtuoso humano, ou seja, na execução da ação com virtude, não há excesso nem falta de nenhuma disposição (utilização de recursos – meios e técnicas), tudo neste ato encontra-se de forma justa, o que foi possível devido à racionalidade humana.

É necessário que você entenda que o ato virtuoso é precedido por toda uma **psicologia** do agir moral. Isso significa que, para qualquer ação que você execute, há uma ordem de fatores mentais que se sucedem, a saber, você toma consciência de suas possibilidades em agir, e isso lhe permite **deliberar** (mensurar qual possibilidade é mais adequada) e, conseguintemente, **escolher**

[1] Filósofo grego que exerceu sua filosofia no século IV a. C. durante o domínio macedônio sobre a Grécia. Foi preceptor de Alexandre Magno.

(proceder a escolha da ação), segundo uma **vontade** (razão em praticar algo com finalidade).

Quanto a deliberação, devemos entendê-la como aquilo que nos capacita a vislumbrar os meios que nos permitem atuar para atingir determinados fins. Ou seja, ao deliberarmos, procuramos assimilar aqueles elementos ou situações de que precisamos para alcançar nossos propósitos ao agirmos (Angioni, 2009, p.12). Por exemplo: se tenho por finalidade ou propósito me alimentar de manga, então delibero sobre a quais meios (elementos que preciso) devo recorre para a execução do meu propósito. Da mesma forma, se quero ser generoso para com alguém que precisa de ajuda, delibero quais meios (situações ou elementos) me permitem agir com generosidade.

No que diz respeito à escolha, trata-se de optar por um dos meios que a deliberação nos apresenta, tal como quando escolhemos ser generosos para com alguém que precisa, podemos doar aquilo de que dispomos (na justa medida – isto é, sem cair na prodigalidade nem na avareza), podendo doar uma quantia em dinheiro, em gênero alimentício ou ambos se assim optarmos (Aristóteles, 1984, p. 73). A escolha trata-se da decisão que nos dispomos executar na hora de agir.

Por fim, Aristóteles (1984, p. 83) expõe que, além de deliberação e escolha, em todo ato moral que praticamos encontra-se também em nós uma disposição voluntária, ou seja, nosso agir encontra-se prenhe de vontade em seu engendramento.

Em suma, para que possamos compreender o acontece em nossa mente antes do agir moral, precisamos entender que: **ao deliberarmos** (sabermos dos meios de que dispomos) sobre como agir mediante uma situação que se nos apresenta (um amigo que precisa de ajuda), **escolhemos** (optamos entre os meios possíveis) agir com generosidade, utilizando de uma reserva monetária que podemos dispor, com o propósito de socorrer nosso amigo, devido ao fato de **querermos** (termos vontade ou a “intenção de”) que ele se reestabeleça. Com isso, você vai perceber que sempre o mesmo esquema (deliberação → escolha → vontade) está presente em nossa na mente humana antes desta praticar um agir.

TEMA 2 – O PROCESSO DE ESCOLHA: O GRUPO DOS “ESCOLHIDOS”

Em algum momento de sua vivência, certamente você deve ter se deparado com uma dificuldade inerente a todo processo de decisão, a saber, quando você opta por algo (qualquer coisa que seja), tantas outras coisas são descartadas, são deixadas de se realizar. Ora, com isso se verifica que, sempre que você faz uma escolha ou mais escolhas, também junto com elas você faz renúncias. Em certos casos isso não lhe causa nenhum tipo de desconforto ou não lhe suscita uma reflexão mais apurada, pelo fato de que muitas escolhas e renúncias são vivenciadas repetidas vezes durante a vida.

No entanto, quanto a questão envolve ações cruciais, ou em eventos importantes, ou ainda quando se faz opção por determinadas pessoas, então aqui nosso processo de escolha se torna muito complexo, pois, com escolhas deste último gênero, estamos lindando, de modo direto ou indireto, com nosso poder de interferência na vida de outro ser humano.

Precisamos ter em mente que a maior parte de nossas escolhas são simples ou simplistas. O que isso significa? Ora, outra coisa não é senão o fato de que grande parte de nossas escolhas se trata de optarmos por realizar algo de uma determinada maneira, não de outra. Em muitos casos a escolha nem mesmo é refletida, pois escolhemos quase de maneira automática, apenas por ser nosso costume. As chamadas escolhas simples ou escolhas simplistas detêm certa relevância em nosso cotidiano, mas, pelo fato de constantemente estarmos lidando com elas, somos levados a minimizá-las devido ao alcance de seus resultados ou efeitos.

Todavia, quando você passa a considerar ou se ater às escolhas complexas, as coisas mudam de figura. Neste tipo de escolha você opta com base em critérios ou dados, mas nem sempre é fácil lidar com eles. Umas das características das escolhas complexas remete-se ao fato de elas pontuarem processos de decisões em momentos peculiares e extremos de nossa vida. A complexidade das escolhas se perfaz também porque na maior parte dos casos elas acabam por interferir na vida de alguém. Outra característica desse tipo de escolha diz respeito ao fato de ela nunca ser unânime, ou seja, ela sempre gera controvérsia ou polêmica, talvez exatamente por tratar de temas delicados ou mesmo considerados tabus.

Preste bem atenção quando você precisa praticar uma escolha que envolve pessoas, reflita se neste tipo de escolha as pessoas envolvidas (mesmo você) não acabam sentindo um certo desconforto, um tipo de incomodo com a situação vivenciada. Quando ainda somos crianças, algumas das brincadeiras demandam que façamos opção por determinado amiguinho, o futebol é um caso desse tipo. A escolha pelos melhores decorre na verdade da posição de destaque que os habilidosos com a bola nos pés detêm sobre os demais, mas outra qualidade que permite a escolha dos primeiros a compor uma das equipes dá-se diante da capacidade que alguns sujeitos têm em jogar em equipe.

O que você deve entender a partir dessa situação exposta é que quando procedemos a escolher pessoas para executar determinada ação ou tarefa, costumamos primar pelas habilidades necessárias para o bom desempenho da ação. Porém, na falta de pessoas com estas habilidades, costumamos optar por aqueles sujeitos que não vão comprometer o resultado final que se espera. Por fim, quando as opções são extremamente escassas ou inexistentes, então na realidade não escolhemos, mas apenas confirmamos alguém para empreender a tarefa, na esperança (ilusória, diga-se de passagem) de que ao final as coisas se encaminharam bem.

O realmente que importa disso tudo é que, se você compreende ou expõe com clareza quais são os critérios para compor determinado grupo, os escolhidos são de fato opções criteriosas e dignos das funções que desempenham, da mesma forma que os excluídos o sabem porque compõem outro grupo, ou seja, por qual motivo não são aptos a pertencer àquele determinado grupo ou equipe. De qualquer modo, esses critérios devem ser objetivos e claros e precisam ser reavaliados periodicamente, de modo a permitir uma renovação natural e salutar a todo o grupo, criando possibilidade de renovação da equipe assimilando membros que em algum momento não satisfaziam os critérios, mas, na medida que desenvolveram as capacidades necessárias para contribuir com o todo, agora podem fazer parte da equipe.

O grupo dos escolhidos não deve rivalizar com o dos preteridos, mas sim servir de motivação para todos comporem uma boa equipe em favor de desempenhar da melhor forma possível uma tarefa em questão. Assim, promove-se uma espécie de necessidade de constantemente se aperfeiçoar para sempre compor – desde que haja critérios objetivos – um bom ambiente e uma sociedade de trabalho.

TEMA 3 – TOLERÂNCIA E RESPEITO COMO HABILIDADES CULTIVADAS

Em todas as situações adversas ou em momentos decisivos que demandam ações difíceis de serem encaradas com prazer por todos os envolvidos, você precisa lidar com aquilo que o senso comum chama de “jogo de cintura”. Lidar com situações que exigem, então, “jogo de cintura” diz respeito a uma gama de assuntos e práticas que lhe tiram da zona de conforto e lhe convocam a se pronunciar.

Contudo, pensando nos efeitos que sua ação pode causar, você decide refletir sobre todo os pormenores que estão em jogo. Para agir assim, você precisa ser tolerante ou ter tolerância e respeito pelas opções e falas que lhe permitiram alcançar a maior gama de elementos possíveis, de modo que com eles você possa remontar o quadro geral do que acontece ou aconteceu, visando decidir como você agirá mediante isso.

Aquilo que a ideia de tolerância traz em si mesma não pode ser confundido com permissividade para fazer tudo. Você não deve confundir o agir tolerante eticamente, pensando na diversidade ética que nós encontramos nos dias atuais, com o agir dando um “jeitinho”. As noções éticas que levam em conta os diversos grupos étnicos, religiosos, de gêneros etc. dizem respeito ao caráter humano das ações. Portanto, agir eticamente e de maneira tolerante é levar em consideração todas a opções de cada um dos grupos ou movimentos humanos com os quais convivemos diariamente.

A tolerância responde pela capacidade de admitirmos certas maneiras de ser e pensar e alguns tipos de ações e valores (materiais, emotivos e intelectuais), os quais diferem substancialmente daquilo que você define como sendo o seu modo de ser, pensar, agir no mundo. Tolerante é o sujeito que admite uma convivência pacífica com demais indivíduo ou grupos que são, pensam e praticam ações distintas das dele. Conseguir alcançar uma postura em reconhecer que o modo de vida que levamos não é o melhor nem o pior jeito de viver, mas tão somente é uma maneira diferente de vivenciar a existência, eis o cerne de uma vida tolerante.

Por certo que você esteja se questionando agora, será que você tem que tolerar tudo? É certo que não. Somente devemos tolerar aquilo que não cause mal a vida humana ou que não vá de encontro ao que se entende como direitos inalienáveis do ser humano. Sempre que uma postura contrária aos direitos

humanos (assunto abordado no tema 5) nos for apresentada e defendida por alguém ou algum grupo, não precisamos exercitar nossa tolerância, pois acolher um pensamento ou uma ação que vá contra o interesse da humanidade em geral significa já admitir a intolerância como princípio de argumentação. Ora, sendo assim, para quem é intolerante – sabendo que este tipo de ser ou grupo não vai aceitar ou admitir nada diferente do que conhece ou pratica –, não há razão que o valha ou consiga expor algo que venha auxiliá-lo a mudar de postura.

Com o termo respeito, sua análise ou definição sempre nos traz à mente uma situação de reconhecimento ou enaltecimento de alguém, seja do pai, que merece respeito, da mãe, que impõe respeito, do avô ou da avó, enfim, na maior parte das vezes, você se vê pensando em uma figura de mais idade que a sua. Isto acontece porque, geralmente, entendemos que os mais velhos são dignos de respeito mediante a experiência de vida que eles têm.

Da mesma forma, se você pensa em alguém que tem uma profissão ou posição social respeitável, é porque vincula uma espécie de merecimento digno dessa pessoa, e, portanto, ela mereceria sua consideração por ela, consideração que faz com que você a tenha em elevada estima.

Ora, é exatamente esta noção de você postular a dignidade de tal pessoa ou personalidade como sendo alguém digno de respeito que deve imperar em todas as relações éticas no convívio com a diversa gama de grupos e pessoas com que convivemos todos os dias. Tratar a todos com respeito, independentemente dos feitos que se possa ou não atribuir a determinado sujeito, é uma postura inerente a qualquer decisão sensata que tenhamos que tomar em nossa vida. Assim o é pelo fato de todos os sujeitos e grupos humanos terem dignidade. A dignidade, ao contrário de que muitos pensam, não depende dos feitos realizados por alguém. Ser digno é uma condição da própria existência humana.

A dignidade do ser humano que nos invoca a tratá-lo sempre como fim em si mesmo decorre do fato de jamais podermos tratar um ser humano como objeto (coisa), pois as coisas, sejam elas o que forem, têm valor de mercadoria e podem ser restituídas por outros objetos semelhantes ou de preço igual, porém o ser humano é único, trata-se de um ser irreptível: nunca a natureza no passado formou um ser igual este, no presente ninguém lhe é igual e, para o futuro, enquanto durar a humanidade, jamais se fara outro deste mesmo ser. Deste modo, não há preço que se equivalha a vida humana, e a dignidade é a única

forma de valorar o ser humano em tudo o que ele representa, ou seja, como ser digno de respeito.

TEMA 4 – ESCOLHAS COLETIVAS: BIOÉTICA

Se você analisar, verá que em nossos dias a ciência e a tecnologia em favor da vida tornou-se rotina. Em virtude do desenvolvimento técnico em diversas áreas do conhecimento, surgem a todo instante novos meios de alcançarmos mais conforto a nossa existência e promovê-la qualitativa e quantitativamente. No entanto, em meados da década de 20 do século passado, a filosofia moral começou a questionar “mais de perto” como a ciência e a tecnologia passaram a condicionar as nossas ações e condutas, de que maneira nossas escolhas se adequaram a partir destas duas atividades humanas. Com efeito, surgia assim uma nova ramificação da ética, denominada ética aplicada ou bioética.

Com a bioética, nós tratamos de buscar explicações quanto a pretensão da ciência e da tecnologia em se dizerem neutras, quanto aos efeitos provocados pelos seus resultados. Assim, a pergunta que não quer calar é: se os resultados científicos e tecnológicos das ações humanas (somente o ser humano os produz) dizem respeito ou se destinam a interação humana com o mundo, como, então, estes produtos não haveriam de ser julgados moralmente?

Mediante tudo isso, precisamos compreender que, na intenção de promover o debate entre as diversas culturas e etnias, a bioética alterna suas discussões em três aspectos, os quais têm por finalidade: 1. A descrição e análise dos impasses suscitados; 2. A normatização, visando prescrever a conduta dos agentes responsáveis em cada âmbito referente ao seu trabalho e; 3. A prevenção ou proteção, a qual tem o valor semântico intuicionante, ou seja, que busca resguardar os interesses de todas as esferas envolvidas na discussão.

Você com certeza já ouviu dizer ou pode observar, por meio da mídia, aquelas cirurgias com uso de lasers e auxílio de tecnologia robótica capazes de salvar vidas que, em outros tempos, nem mesmo poderiam ser pensadas, quanto mais realizadas. No entanto, será que todos os procedimentos médicos capazes de prolongar a vida são entendidos como a melhor ação possível? Isto é, será que em alguns casos o procedimento médico, apesar de manter a vida, não poderia ser entendido como uma ação pior do que deixar morrer? Ora, é sobre

este campo de questionamento ético, o processo de eutanásia e afins, que agora a bioética pode nos auxiliar a refletir.

Por eutanásia, de modo geral, devemos entender o processo no qual a vida do paciente é abreviada por este encontrar-se acometido de uma doença incurável e em estágio terminal. Procura-se, com este subterfúgio, evitar ao máximo o sofrimento do paciente: seja pelo desconforto da dor que não se pode fazer cessar ou por uma sobrevida aquém da condição da dignidade humana, resolve-se deixá-lo padecer de forma natural ou, então, utiliza-se uma última medicação que, mesmo indolor (devido à alta concentração de sedativo), termina por levar o paciente a óbito.

Porém, devemos entender por eutanásia ao menos três diferentes tipos de procedimentos, quais são, ao fim e ao cabo, de difícil verificação fora do âmbito da intencionalidade da ação. Ou seja, tal procedimento é muito mais perceptível no campo prático/intuitivo da intenção no agir do que propriamente no aspecto discursivo teórico ou especulativo do conhecimento, a saber a voluntária, a involuntária e a não voluntária.

A eutanásia voluntária diz respeito em acatar o desejo do paciente que pede para que alguém lhe auxilie na abreviação de sua vida. Ela não se difere do suicídio assistido, ao passo em que na eutanásia involuntária o paciente não dá seu consentimento expresso, porque não lhe convém perguntar, todavia, se lhe fosse feita a questão, ele consentiria – e sobre este tipo de procedimento de eutanásia involuntária é que repousa grande parte do dilema moral desse modo de agir. Por fim, há também a eutanásia não voluntária, na qual o paciente, pelo seu estado ou condição, não tem possibilidade de consentir ou não sobre o encerramento da vida. São os casos de morte cerebral ou de bebês que não desenvolvem habilidade de entendimento.

Sobre este universo de difícil diálogo, por se tratar de um aspecto ligado ao caráter extremamente emotivo da vida, ou melhor, ao fim da vida, a bioética se apresenta como um campo de investigação de primeira ordem. Ao nos dedicarmos à reflexão moral sobre os atos que são capazes de encerrar a vida, sob muitos aspectos estamos a debater sobre os valores que norteiam o conceito de ser vivo na especificidade da vida humana.

Não se trata somente de discutirmos os direitos ou desejos do paciente, pois no campo deliberativo estão múltiplos interesses, a saber, daqueles que cuidam da família, da equipe profissional médica envolvida. O melhor possível

talvez não nos seja possível decidir em favor da continuidade da vida a qualquer custo (sofrimento ou sobrevida sem dignidade), do encurtamento ou da abreviação da vida, encerrando o desconforto da melhor forma possível.

No entanto, essa difícil decisão provocada pelo dilema moral sobre como propiciar as condições ideias para morte humana não nos deveria eximir do debate bioético, porém sim nos deve incitar a provocá-lo, de modo a cada vez mais nos abastecer de argumentos para que, ao menos, encontremos no âmbito da racionalidade algum conforto com nossas decisões morais em estreita relação às demais etnias e culturas com as quais vivenciamos os problemas inerentes a vida humana.

TEMA 5 – ESCOLHAS COLETIVAS: DIREITOS HUMANOS

No que se remete aos direitos humanos, ou seja, a definição desta série de leis em favor de determinar o mínimo passível de ser aceito sem ferir a dignidade humana, você perceberá que é possível destacá-la como sendo um conjunto de pensamentos e teses que postulam as mínimas exigências de uma vida humana digna de assim ser vivida e entendida.

As exigências que são observadas no documento da Declaração Universal, de 1948, trata das bases empíricas sobre o lugar (qual é o solo de que se deve partir) a servir de fundamento ao se propor uma sociedade humana. Para tanto, o que há de fundamentar os direitos do homem é sua condição *sui generis* de indivíduo racional e autônomo, detentor de necessidades (condições sem as quais não pode) que, se não dispostas ao seu alcance e efetivação, destituem-no de sua humanidade.

De modo conciso, cremos poder abordar a fundamentação dos direitos humanos por meio de uma proposta – que ainda talvez deva ser melhor esclarecida – quanto à noção de dignidade humana, como sendo a conceituação que o homem faz sobre si mesmo. Tal modo de conceber a nós mesmos faz com que tenhamos uma acepção distinta ao tratamos de coisas humanas e coisas não humanas. Talvez você esteja se perguntando como definir o homem, tendo por base a noção de dignidade.

Devemos compreender, por meio do conceito de dignidade, que não existe no mundo natural ou na sociedade algo que possa substituir a condição de dignidade de um ser humano. Isso é de tal forma tão personalizado, ou

melhor, é algo tão peculiar ao indivíduo humano que nem mesmo outro ser da mesma espécie pode substituí-lo no que tange ao valor pessoal.

Aparentemente, a concepção dos direitos humanos apoia a sua ideia de dignidade humana sobre a própria noção antropológica que indica, ou seja, sob a afirmação de que nós, enquanto seres racionais e autoconscientes, detemos uma condição única no mundo. Tal entendimento nos deve permitir constatar que a condição humana se determina como digna à medida que efetiva o seu ser no mundo, ou seja, por meio das experiências vivenciadas o homem pode humanizá-las.

Se assim for, devemos compreender eticamente o ser humano mediante seu caráter volitivo que sempre busca aperfeiçoar as condições de sua existência a si próprio. Na proposta dos direitos humanos, o referencial ético sob diversas épocas da filosofia moral nos conduz a tomarmos a existência humana como um processo, ou seja, o homem é este ser que está sempre em formação. Dá-se então que humanamente existimos sobre um solo repleto de valores morais, intelectuais e materiais, terreno do qual nos servimos, e embasamos os direitos humanos como cabedal teórico e prático, provocando nossa vontade – como capacidade de escolha racional – a superar nossos instintos de amor próprio, por vezes prejudiciais à vivência comunitária, em favor de aperfeiçoarmos (nos formarmos melhor) nosso existir, buscando sempre superar nosso atual estágio de desenvolvimento obtido.

Para tanto, devemos partir da realidade na qual estamos inseridos com nossas ideias e nossas práticas cotidianas, imiscuindo-se em importantes áreas do saber e serviço na sociedade contemporânea. A finalidade será, por meio da temática dos direitos humanos, travar um embate com as forças excludentes de tais direitos, bem como adotar e auxiliar as práticas que incluam e defendam os nossos direitos como: direitos em ser humano.

De modo geral, os desafios ainda são imensos, pois determinar um conjunto de regras gerais, pretendidas universalmente, à humanidade, que é tão peculiarmente diversificada, incorre num problema de enorme proporção. Porém, formando-se o homem para que ele possa conhecer a si próprio como sujeito de direito e, com isso, levá-lo a experiência do próximo (outro sujeito) como portador dos mesmos direitos, crê-se atenuar e mesmo solucionar a grande tarefa e vontade que é procurar fazer dos indivíduos humanos futuros

cidadãos do mundo, provincianos de uma única cidade cosmopolita, deixando-nos convencer que a educação detém o poder de realizar tal missão.

Texto de leitura obrigatória

ADORNO, T. **Educação após Auschwitz**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B2a3UynNKV2COVItTEJJcjlET0U/edit>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Saiba mais

Será que sempre é possível nos desprendermos de valores morais que adotamos desde muito cedo em favor de uma perspectiva ou análise científica de um ocorrido, tal como a vida e a morte? Como você se sentiria, como agiria, se alguém que você muito estima pedisse a você para a auxiliá-la a morrer sem dor?

Assista ao vídeo “Eutanásia e morte assistida”, exibido no programa *Direito sem fronteiras* que foi ao ar no *Canal Justiça* e está disponível no *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nPav1zH8WmQ>. Acesso em: 23 jan. 2018.

TROCANDO IDEIAS

Considerando a abordagem da ética sob o ponto de vista dos direitos humanos, como apresentada no tema 5 desta aula, construa um texto coletivamente propondo como você e seus colegas visam empreender um trabalho focado na mentalidade e conduta de seus colaboradores evidenciando a postura humanística, ou seja, que tenha por premissa discursos e ações pautadas nos direitos humanos, a fim de elaborar a conscientização de que é necessário um mínimo de condições estabelecidas para problematizarmos direitos e deveres em relação à humanidade e aos espaços em que ela se verifica.

O texto poderá ter, no total, de 15 a 20 linhas.

Lembre-se de colocar a referência ao final do texto, caso tenha citado algum autor e/ou obra.

NA PRÁTICA

Considere que, após ter apresentado um projeto para o seu supervisor, você foi designado a compor uma equipe de trabalho. Para realizar o seu projeto, além de você serão necessárias mais seis pessoas, indivíduos que seu supervisor ordena que sejam escolhidos a partir do quadro de colaboradores que a empresa já possui. Contudo, dois indivíduos são altamente recomendados por seu supervisor, porém você não gostaria que estivessem em sua equipe.

a. Qual posição você adotaria frente esta situação, parte das condições você tem que seguir necessariamente, pois contratar outros indivíduos para equipe não é uma opção, porém como líder com as indicações de seu superior hierárquico? Quais critérios de escolha você estipularia para compor sua equipe?
b. Explique por que seus critérios são relevantes para definir uma equipe de trabalho. Procure apontar quais critérios impediriam que determinado indivíduo participasse de sua equipe.

FINALIZANDO

Neste tema, você pôde compreender que a deliberação e a decisão são elementos presentes anteriormente a qualquer ação praticada, por isso entendeu que antes de todas as nossas ações existe um processo que condiciona a ação que praticamos. Deste modo, somos capazes de efetuar uma série de escolhas por meio de critérios objetivos e bem avaliados, fato que vai permitir a você esclarecer para si mesmo e também para todos os integrantes de uma equipe quais habilidades são tidas como positivas para o grupo composto e quais são negativas. Ainda analisamos de que maneira devemos aplicar uma delimitação tolerante para com todas as situações apresentadas, ou seja, o que de fato deve ser tolerado em prol de uma gestão bem organizada. Por fim, elaboramos uma visão de como admitir e fomentar reflexões humanas de maneira a permitir que os indivíduos do grupo falem com franqueza e desenvolvam mais a capacidade de ouvir as opiniões polêmicas – tanto na área da bioética quando em direitos humanos – sem um prejulgamento, portanto suspendendo momentaneamente o juízo para o bem da argumentação a ser desenvolvida.

REFERÊNCIAS

ANGIONI, L. As relações entre “fins” e “meios” e a relevância moral da *phronesis* na ética de Aristóteles. In: **Revista Filosófica de Coimbra**, n. 35, 2009. p. 185-204.

_____. Notas sobre a definição de virtude moral em Aristóteles (EN 1106b 36-1107a 2) In: **Journal of Ancient Philosophy**. Vol. III 2009 Issue 1.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Leonel Vallandro e Gerard Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CORTELLA, M; TAILLE, Y. Nos labirintos da moral. Campinas: Papirus 7 Mares. 2009. ePub

FELIX, Z. C. et al. Eutanásia, distanásia e ortotanásia. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(9):2733-2746, 2013.

KANT. I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores)

SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.